

**TERMO DE REFERÊNCIA – TR/2026**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTOS – DAE**  
**SANT'ANA DO LIVRAMENTO – RS**  
**AQUISIÇÕES**

**INTRODUÇÃO:**

O Termo de Referência – TR é o documento que apresenta maior variação de conteúdo, em razão das peculiaridades da demanda e do objeto a ser contratado, sendo elaborado com fundamento no Documento de Formalização da Demanda – DFD e no Estudo Técnico Preliminar – ETP, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

**INFORMAÇÕES GERAIS:**

Identificação do Processo: 2026/124

Servidor responsável: Claudio Eliandro Pereira Vigânico

Requisitante: Setor de Transportes

**INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATAÇÃO:****CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1. O presente processo licitatório visa à aquisição de combustíveis, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, com as seguintes características:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓD.	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$ (ANP)	VALOR TOTAL R\$
1	GASOLINA ADITIVADA	11515	LT	60.000	R\$ 7,09	R\$ 425.400,00
2	ÓLEO DIESEL S(10)	17112	LT	50.000	R\$ 7,25	R\$ 362.500,00
3	ÓLEO DIESEL S(500)	16865	LT	50.000	R\$ 7,19	R\$ 359.500,00
4	GASOLINA COMUM	11976	LT	60.000	R\$ 6,93	R\$ 415.800,00
<b>VALOR TOTAL: R\$ 1.563.200,00 (Um milhão, quinhentos e sessenta e três mil e duzentos reais).</b>						

**Fonte: Agência Nacional do Petróleo – ANP (Referência: Maio/2026, Sant'Ana do Livramento – RS).**

1.2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor e desde que comprovada a manutenção da vantajosidade do preço.

1.3. Em caso de prorrogação da Ata de Registro de Preços - ARP, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado, conforme a necessidade desta Autarquia, desde que devidamente justificado, observados os limites legais e nos termos do Parecer nº 00453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU.

1.4. A contratada deverá cumprir integralmente todas as obrigações estabelecidas neste TR e aquelas assumidas em sua proposta, respondendo exclusivamente pelos riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

1.5. O contrato ou instrumento substitutivo, bem como a respectiva minuta, estabelecerão, de forma detalhada, as regras aplicáveis referente a contratação.

1.6. O contrato ou instrumento substitutivo será encaminhado por esta Autarquia por meio de correio eletrônico (e-mail), ao endereço eletrônico informado pela empresa em sua proposta, o qual será considerado meio oficial e válido para fins de comunicação e ciência do fornecedor.

1.7. O fornecedor deverá confirmar o recebimento do contrato ou instrumento substitutivo, via e-mail, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contadas a partir do seu envio por esta Autarquia.

Rua Moyses Vianna, 322 – CNPJ: 96.041.330/0001-02  
Parque Eng. José Izola Filho – CEP: 97.574-116  
Sant'ana do Livramento – RS – *WhatsApp*: (55) 3242-4440  
Site eletrônico: <https://dae.santanadolivramento.rs.gov.br/>  
Correio eletrônico: [dae.licitacao@gmail.com](mailto:dae.licitacao@gmail.com)

**1.8.** O fornecedor é inteiramente responsável por manter atualizado e por verificar regularmente o endereço eletrônico (e-mail) informado em seu cadastro inicial, de modo a assegurar o adequado recebimento de todas as comunicações encaminhadas por esta Autarquia, garantindo o fiel e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do objeto licitado.

**1.9.** O silêncio do fornecedor após o decurso do prazo de 2 (dois) dias úteis mencionado no item 1.10 implicará presunção de ciência inequívoca do contrato ou instrumento substitutivo, considerando-se o recebimento automaticamente confirmado.

**1.10.** O descumprimento do prazo estabelecido para confirmação do recebimento do contrato ou instrumento substitutivo poderá caracterizar infração administrativa, sujeitando o fornecedor às sanções previstas na Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021, capítulo I das infrações e sanções administrativas, sem prejuízo das demais cominações legais cabíveis.

**1.11.** A contratada deverá manter atualizados seus dados cadastrais junto a esta Autarquia durante toda a vigência contratual, de modo a viabilizar comunicação eficiente para fins administrativos, contratuais e operacionais.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- a) A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do ETP.
- b) A contratação visa dar continuidade ao fornecimento de gasolina e óleo diesel para a frota de veículos do Departamento de Água e Esgotos - DAE, Santana do Livramento – RS, utilizados no desempenho de suas atividades, administrativas e operacionais, no cumprimento de sua missão institucional.
- c) A aquisição se faz necessária para o abastecimento da frota de veículos do DAE, de modo a atender os deslocamentos, de materiais e servidores para cumprimento de atividades finalísticas e logísticas e demais, quando houver necessidade.
- d) A quantidade estimada baseia-se na média de consumo de anos anteriores, considerando a frota.
- e) A contratação é essencial e sua interrupção pode comprometer o andamento das atividades institucionais, afetando o funcionamento regular da Autarquia, tornando-se, assim, imprescindível.

**2.1** O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual – PCA/2026, conforme detalhamento a seguir:

- a) Id PCA – PNCP: 96041330000102-0-000001/2026
- b) **Data da publicação no PNCP:** 2/9/2025
- c) **Local:** Sant’Ana do Livramento – RS
- d) **Fonte:** Departamento de Água e Esgotos – DAE
- e) **ID do(s) item(ns) no PCA/2026:** GASOLINA ADITIVADA – 709; ÓLEO DIESEL S(10) – 712; ÓLEO DIESEL S(500) – 714; GASOLINA COMUM – 718.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:**

**3.1.** A solução consiste na realização de Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços, adotando o critério de julgamento de **maior desconto percentual**. O índice de referência para aplicação do desconto será o preço médio de mercado apurado e publicado semanalmente pela **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)** para a localidade de Sant’Ana do Livramento/RS (ou região mais próxima, caso não haja publicação local), garantindo o equilíbrio econômico-financeiro frente à volatilidade dos combustíveis.

**3.2.** A prestação dos serviços deverá atender a frota oficial da Autarquia – DAE.

**3.3.** Os fornecimentos serão executados conforme discriminado abaixo:

**3.3.1.** A contratada deverá fornecer, diretamente ou por meio de postos credenciados, os combustíveis para abastecimento da frota de veículos a serviço da Autarquia, imediatamente após a formalização da ata de registro de preços, fornecendo os combustíveis adequados, dentro dos padrões de qualidade pertinentes e nas quantidades solicitadas;

Rua Moyses Vianna, 322 – CNPJ: 96.041.330/0001-02  
Parque Eng. José Izola Filho – CEP: 97.574-116  
Sant’ana do Livramento – RS – *WhatsApp:* (55) 3242-4440  
Site eletrônico: <https://dae.santanadolivramento.rs.gov.br/>  
Correio eletrônico: [dae.licitacao@gmail.com](mailto:dae.licitacao@gmail.com)

**3.3.2.** O abastecimento dos veículos deverá ser efetuado nos postos de revenda de combustíveis do fornecedor (bombas de abastecimento de combustíveis), localizados dentro do perímetro urbano do Município de Sant'Ana do Livramento, obedecendo as normas da Agência Nacional do Petróleo;

**3.3.3.** O fornecimento será efetuado de forma parcelada, nos postos de revenda de combustíveis da Contratada.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

##### **4.1 Sustentabilidade:**

A contratada deverá executar o objeto observando práticas de sustentabilidade ambiental, adotando medidas destinadas ao uso racional de recursos, à prevenção de desperdícios e à adequada gestão dos resíduos eventualmente gerados durante a execução contratual.

Deverá, ainda, cumprir a legislação ambiental vigente e observar as normas brasileiras — NBR — publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, especialmente as relativas ao acondicionamento, manejo, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos.

##### **4.2 Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço.**

Não haverá exigência.

##### **4.3 Da exigência de amostra:**

Não haverá exigência.

##### **4.4 Da exigência de carta de solidariedade:**

Tal exigência não se aplica ao presente processo licitatório.

##### **4.5 Subcontratação:**

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

##### **4.6 Garantia da contratação:**

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes no ETP.

#### **5. METODOLOGIA DE FORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS**

**5.1** A contratação justifica-se pela necessidade de abastecimento contínuo da frota operacional e administrativa do DAE, garantindo a prestação dos serviços públicos essenciais.

Considerando a volatilidade dos preços dos combustíveis, agravada por fatores externos como instabilidade econômica e conflitos internacionais, bem como a possível defasagem dos preços divulgados pela Agência Nacional do Petróleo – ANP em relação ao mercado local, adota-se metodologia de precificação híbrida, visando assegurar a vantajosidade, a economicidade e o equilíbrio econômico-financeiro da contratação.

**5.2** Os preços dos combustíveis serão apurados com base no valor vigente na data do abastecimento, observando a seguinte metodologia:

**5.3. Metodologia Híbrida:** Os preços dos combustíveis serão apurados com base no valor vigente na data do abastecimento, observando-se a seguinte metodologia:

**I – Referência prioritária:** preço médio ao consumidor divulgado pela Agência Nacional do Petróleo – ANP para o município de Sant'Ana do Livramento/RS ou região correspondente;

**II – Referência complementar:** pesquisa de preços realizada pela Administração junto a, no mínimo, 3 (três) postos de combustíveis situados no município;

**III – Bases Alternativas:** poderá ser utilizada, ainda, base histórica contratual ou painel de preços públicos,

Rua Moyses Vianna, 322 – CNPJ: 96.041.330/0001-02  
Parque Eng. José Izola Filho – CEP: 97.574-116  
Sant'ana do Livramento – RS – *WhatsApp:* (55) 3242-4440  
Site eletrônico: <https://dae.santanadolivramento.rs.gov.br/>  
Correio eletrônico: [dae.licitacao@gmail.com](mailto:dae.licitacao@gmail.com)

quando pertinente.

**5.4. Aplicação do Desconto:** Para a contratação, o valor final a ser pago corresponderá ao resultado da aplicação do percentual de desconto concedido pelo fornecedor em sua proposta comercial sobre o preço de referência definido no momento do fato gerador.

**5.5. Tratamento de Defasagens:** Na hipótese de defasagem, ausência ou incompatibilidade dos dados da ANP com a realidade do mercado local, a Administração adotará, mediante justificativa formal, a referência que melhor represente o preço de mercado.

**5.6. Divergências e Equilíbrio:** Em caso de divergência significativa entre os valores apurados, poderá ser adotado o menor valor dentre as referências válidas, desde que comprovada sua exequibilidade. A Administração poderá revisar a metodologia de formação de preços sempre que constatada significativa variação de mercado, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

**6.1** O objeto deverá ser executado em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, através do atendimento imediato, contados a partir do recebimento, pela contratada, da ordem ou solicitação de compra ou instrumento hábil equivalente.

**6.2** O fornecedor é obrigado a confirmar o recebimento do empenho no prazo máximo de 48 horas a contar do envio deste.

**6.3** O fornecimento dos combustíveis será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, durante a vigência da contratação ou instrumento equivalente.

**6.4** O abastecimento ocorrerá diretamente nos veículos, máquinas e equipamentos da contratante, mediante requisição ou autorização emitida pelo setor responsável.

**6.5** Os quantitativos previstos são estimados, não gerando obrigação de contratação integral, ficando o consumo condicionado à efetiva demanda da Administração.

**6.6** A contratada deverá garantir o fornecimento regular dos combustíveis durante todo o período contratual, observando as especificações exigidas e a qualidade adequada para o uso.

**6.7** A contratada deverá garantir a qualidade dos combustíveis fornecidos, responsabilizando-se por sua conformidade com as especificações técnicas e com a legislação aplicável.

**6.8** Verificada a entrega de produto em desacordo com as condições exigidas, a contratada deverá promover a substituição ou regularização, sem ônus para a Administração, sem prejuízo da apuração das responsabilidades cabíveis.

**6.9** O fornecimento de combustíveis ocorrerá em rede de postos de abastecimento da contratada, ou por ela credenciados, dentro do perímetro urbano do Município de Sant'Ana do Livramento, nas quantidades estabelecidas pelo contratante, de segunda a sexta-feira, em horário comercial e, excepcionalmente, aos sábados, domingos e feriados;

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:**

**7.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**7.2.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**7.3.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**7.4.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos

Rua Moyses Vianna, 322 – CNPJ: 96.041.330/0001-02  
Parque Eng. José Izola Filho – CEP: 97.574-116  
Sant'ana do Livramento – RS – *WhatsApp*: (55) 3242-4440  
Site eletrônico: <https://dae.santanadolivramento.rs.gov.br/>  
Correio eletrônico: [dae.licitacao@gmail.com](mailto:dae.licitacao@gmail.com)

resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **FISCALIZAÇÃO**

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

## **FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

7.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.7. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

7.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

7.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.12. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

## **FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

7.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.14. Caso ocorram descumprimentos das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

7.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

## **GESTOR DO CONTRATO**

7.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

7.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu

Rua Moyses Vianna, 322 – CNPJ: 96.041.330/0001-02  
Parque Eng. José Izola Filho – CEP: 97.574-116  
Sant’ana do Livramento – RS – *WhatsApp*: (55) 3242-4440  
Site eletrônico: <https://dae.santanadolivramento.rs.gov.br/>  
Correio eletrônico: [dae.licitacao@gmail.com](mailto:dae.licitacao@gmail.com)



desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**7.20.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**7.21.** O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

**7.22.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**7.23.** A gestão e fiscalização do contrato ficará a cargo dos servidores abaixo nomeados, estando sujeito a alterações a critério da Administração.

**7.24.** Termo de Designação, portaria nº 074. de 14 de janeiro de 2026, nomeia membros para formarem a comissão técnica de Gestão das Atas de Registro de Preços e/ou Contratos que se originarem desta contratação:

- a) Gestor de contratos: Kristofer Marques Cunha; Suplente: Bárbara Alves Branco Machado.
- b) Fiscal técnico: Claudio Eliandro Pereira Vigânico; Suplente: Cristiana de Souza Leite.
- c) Fiscal administrativo: Miriam Zilene Machado da Silva; Suplente: Ana Paula de Moraes Gonçalves.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

Recebimento do Objeto:

**8.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**8.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**8.3.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**8.4.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**8.5.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**8.6.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**8.7.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

**8.8.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;

Rua Moyses Vianna, 322 – CNPJ: 96.041.330/0001-02  
Parque Eng. José Izola Filho – CEP: 97.574-116  
Sant'ana do Livramento – RS – *WhatsApp*: (55) 3242-4440  
Site eletrônico: <https://dae.santanadolivramento.rs.gov.br/>  
Correio eletrônico: [dae.licitacao@gmail.com](mailto:dae.licitacao@gmail.com)

- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**8.9.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**8.10.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.11.** A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**8.12.** Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**8.13.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**8.14.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**8.15.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

#### **Prazo de pagamento**

**8.16.** O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

**8.17.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M/FGV de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

**8.18.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**8.19.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**8.20.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**8.21.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**8.22.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

**9.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com a adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO PERCENTUAL incidente sobre o índice oficial da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), utilizando-se o Sistema de Registro de Preços (SRP).

#### **Exigências de habilitação fiscal, social e trabalhista:**

Rua Moyses Vianna, 322 – CNPJ: 96.041.330/0001-02  
Parque Eng. José Izola Filho – CEP: 97.574-116  
Sant'ana do Livramento – RS – *WhatsApp*: (55) 3242-4440  
Sítio eletrônico: <https://dae.santanadolivramento.rs.gov.br/>  
Correio eletrônico: [dae.licitacao@gmail.com](mailto:dae.licitacao@gmail.com)

**9.2.** Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, deverão ser observados os requisitos exigidos no Edital.

**Da exigência de qualificação técnica:**

**9.3** Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

**9.4** Registro na Agência Nacional do Petróleo (ANP) em nome da licitante.

**10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

**10.1.** O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.563.200,00 (Um milhão, quinhentos e sessenta e três mil e duzentos reais)**, conforme custos unitários apostos no levantamento de preços médio elaborado pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, para o município de Santana do Livramento – RS, compreendido no período de 26/04/2026 a 02/05/2026.

**11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**11.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Departamento de Água e Esgotos – DAE do Município de Sant’ana do Livramento – RS.

**11.2.** A contratação será atendida pela seguinte dotação: **50.02.04.122.0031.6003.3.3.90.30**

**12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**12.1.** Comete infração administrativa nos termos dos artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, a contratada que, na fase de execução contratual:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**12.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei 14.133/2021, conforme Artigo 156, seguintes sanções:

**12.2.1. Advertência:** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item **a**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**12.2.2. Multa:** Será calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14133/2021;

**12.2.3. Impedimento de licitar e contratar:** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens **b, c, d, e, f** quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o

Rua Moyses Vianna, 322 – CNPJ: 96.041.330/0001-02  
Parque Eng. José Izola Filho – CEP: 97.574-116  
Sant’ana do Livramento – RS – *WhatsApp*: (55) 3242-4440  
Site eletrônico: <https://dae.santanadolivramento.rs.gov.br/>  
Correio eletrônico: [dae.licitacao@gmail.com](mailto:dae.licitacao@gmail.com)



responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

**12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar:** Esta sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens **h, i, j, k, l**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **b, c, d, e, f, g**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no inciso III (impedimento de licitar e contratar), e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**12.3.** Conforme o § 1º do artigo 156 da Lei 14.133/2021, na aplicação das sanções serão considerados:

**12.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**12.3.2.** As peculiaridades do caso concreto;

**12.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**12.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**12.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

### **13. DISPOSIÇÕES FINAIS:**

As informações contidas neste TR não são classificadas como sigilosas.

Santana do Livramento-RS, 13 de maio de 2026.

Claudio Eliandro Pereira Vigânico  
Supervisor de Transportes